



SematosEma e SematosEmia da Libras: ponderações sobre a terminologia

Libras SematosEmia and SematosEmia: considerations on terminology

Silvana Alves Cardoso*

Recebido em: 22/11/2021

Aprovado em: 20/12/2021

Publicado em: 31/12/2021

RESUMO: Sumariamente, as línguas de sinais e as línguas orais diferenciam-se quanto à modalidade na qual cada uma está disposta, entretanto ambas são línguas naturais e partilham dos mesmos universais linguísticos. Assim, é usual o emprego dos termos *Fonema* e *Fonologia* nos estudos em línguas de sinais. Todavia, tomando o aspecto visuoespacial, algumas pesquisas apontam para o surgimento de outras nomenclaturas que tentam dar conta desses conceitos nessa modalidade linguística específica, como é o caso do par terminológico *SematosEma/SematosEmia* idealizado por Capovilla (2015). Nesse sentido, a presente produção tem como objetivo analisar os termos *SematosEma* e *SematosEmia* no âmbito da sua criação e da sua adequação às particularidades da Libras. Assim, o que se verifica, entre outros pontos, é que, da forma como foi apresentado e conceituado, o par terminológico, do ponto de vista etimológico, parece estabelecer uma relação mais harmoniosa e direta com os elementos internos que os compõem, no entanto demonstra demandar, por parte dos estudiosos e usuários da Libras, saberes específicos de ordem etimológica para que seja bem compreendido, o que, em certa medida, deixa comprometida a aplicabilidade dessa proposta terminológica.

Palavras-chave: Libras; Terminologia; *SematosEma*; *SematosEmia*.

ABSTRACT: In summary, as sign languages and as oral languages, they differ in terms of the modality in which each one is disposed, although both are natural languages and share the same linguistic universals. Thus, it is usual to use the terms *Phoneme* and *Phonology* in studies on sign languages. However, taking the visuospatial aspect, some research points to the emergence of other nomenclatures that try to account for concepts in this specific linguistic modality, as is the case of the terminological *SematosEma/SematosEmia* idealized by Capovilla (2015). In this sense, this production aims to analyze the terms *SematosEma* and *SematosEmia* in the context of their creation and their adaptation to the particularities of Libras. Thus, what is verified, among other points, is that, in the way it was presented and conceptualized, the terminological pair, from an etymological point of view, seems to establish a more harmonious and direct relationship with the internal elements that compose them, however this demonstration demands, on the part of Libras scholars and users, specific knowledge of an etymological order so that it is well understood, which, to a certain extent, compromises the applicability of this terminological proposal.

Keywords: Libras; Terminology; *SematosEma*; *SematosEmia*.

* Doutoranda em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco. ORCID: 0000-0002-3328-851X.
E-mail: silvanacardoso.sac@gmail.com

Considerações Iniciais

Notoriamente, sabe-se que o que diferencia, antes de tudo, as línguas sinalizadas de um modo geral das línguas orais diz respeito à modalidade¹ de produção e de recepção na qual cada uma dessas línguas se organiza. Por esse viés, é conferido que tais línguas fazem uso de partes específicas do corpo – e, no caso da Libras, de recursos disponibilizados pelo espaço², majoritariamente, em frente ao corpo para sua efetivação linguística –, e por isso são reconhecidas distintamente: as primeiras, como línguas visuoespaciais, que, conforme Quadros e Karnopp (2004, p. 47-48), utilizam-se dos olhos e das mãos³ no momento da comunicação e se realizam no espaço enquanto campo de visão humana; e as seguintes, como línguas orais-auditivas, por fazerem uso dos componentes do aparelho fonador e dos mecanismos da audição.

Ainda que não partilhem da mesma modalidade linguística das línguas oralizadas, as línguas de sinais, posto que bastante particulares, possuem uma disposição semelhante àquelas quanto à organização da estrutura em elementos menores, o que possibilita também o estudo investigativo das suas diversas partes nas mais diferentes esferas linguístico-gramaticais. Assim, a existência dessas semelhanças organizacionais entre as duas línguas – ambas sendo formadas por unidades menores (fonemas para as línguas orais e parâmetros⁴ (*grosso modo*) para as línguas de sinais) e sendo responsáveis pela distinção significativa entre as palavras e sinais, respectivamente – levaram, por um lado, muitos linguistas a investigar as línguas sinalizadas à luz das concepções teóricas das línguas orais, optando, inclusive, pela permanência no uso de muitos termos referentes às línguas sonoras, como é o caso das terminologias *Fonema* e *Fonologia* presentes nas diversas pesquisas envolvendo as línguas de sinais (aqui, em particular, a Libras).

O fato é que as línguas sinalizadas mostram-se como um artefato que desperta grande interesse entre as pessoas de um modo geral e, de maneira particular, entre os diversos pesquisadores do ramo da Linguística. Para esses, os quais estão em busca de

¹ À moda do corte saussuriano, que elegeu a *langue* (língua) em detrimento da *parole* (fala) nos estudos da linguagem (cf. SAUSSURE, 2012, p. 39-52), aqui se concebe as línguas de sinais/Libras na modalidade visuoespacial utilizada por surdos videntes e possuidores de todos os membros do corpo.

² Espaço Neutro ou, conforme Quadros e Karnopp (2004), Espaço de Enunciação dos Sinais diz respeito ao lugar ideal para a sinalização, uma vez que se trata de um cenário que envolve todos os pontos do raio de alcance das mãos em sinalização e se configura como um local em que os participantes interagem cara a cara.

³ Primariamente, visto que as manifestações da face e do corpo também ajudam a configurar as línguas de sinais.

⁴ Consoante Quadros e Karnopp (2004, p. 51), a noção de Parâmetro – unidade formacional dos sinais – faz parte do legado pioneiro deixado pelo, então intitulado, pai da linguística sinalizada, William Stokoe (1960).

observar, descrever e explicar os fatos linguísticos, essas línguas são um terreno fértil de possibilidades linguísticas, que, por outro lado, desafiam, muitas vezes, algumas concepções que norteiam as línguas orais, no que diz respeito, também, às considerações de ordem terminológicas, em especial, o uso das nomenclaturas *Fonema* e *Fonologia* para tratar do primeiro nível de análise linguística dessas línguas.

Nesse sentido, a presente discussão aborda a proposta terminológica idealizada por Capovilla (2015) para nomear os constituintes menores das línguas de sinais e sua respectiva área de estudo, e tem como objetivo analisar os termos (G)*SematosEma* ou (L)*SignumÍculo*/(G)*SematosEmia* – e seus desdobramentos com os termos (G)*QuiriFormEma* ou (L)*ManusModusÍculo*, (G)*QuiriToposEma* ou (L)*ManusLocusÍculo*, (G)*QuiriCinesEma* ou (L)*ManusMotusÍculo*, (G)*MascarEma* ou (L)*PersonalÍculo* – no âmbito da sua criação e da sua adequação às particularidades da Libras. Para tanto, faz uma retomada dos termos clássicos *Fonema* e *Fonologia*, a partir de Masip (2014), bem como de alguns aspectos linguísticos das línguas orais, referenciados em Sausurre (2012) e outros, e das línguas de sinais, especialmente da Libras, a partir de Ferreira (2010), Quadros e Karnopp (2004) e Quadros (2019, 2014). Faz, ainda, a caracterização dos termos escolhidos para estudo e a sua relação com outras propostas terminológicas, como a de Stokoe (1960) e a de Nóbrega (2016), por exemplo.

Das discussões terminológicas

Desde os primórdios das investigações em línguas de sinais mediadas pelas constatações de Stokoe (1960), no que concerne à formação estrutural dessas línguas, comumente é possível encontrar a utilização das nomenclaturas *Fonema* e *Fonologia* em referência, nessa ordem, aos constituintes mínimos das línguas de sinais de uma forma geral e ao seu respectivo campo de pesquisa, assim como o uso de expressões do tipo *Sistema Fonológico das Línguas Sinalizadas*, *Estrutura Fonológica dos Sinais* ou *Fonologia das Línguas de Sinais*, como sendo a área que estuda a constituição dos seus componentes fonológicos, isto é, as unidades mínimas do primeiro nível de análise dessas línguas sinalizadas. E muitos são os pesquisadores que fazem a opção por esses termos em seus estudos investigativos em nome da obediência à tradição.

No caso da Libras, o hábito é referir-se à *Fonologia da Libras*, bem como às *Unidades Mínimas (parâmetros fonológicos) dos Sistema Fonológico da Libras*, conforme se verifica

na ementa⁵ da disciplina *Fonética e Fonologia* dos cursos (licenciatura e bacharelado) de Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O fato é que, na grande maioria de suas aplicações, tais vocábulos parecem mediante ao recurso gráfico aspas, o que, em certo nível, sinaliza a constante necessidade de se explicar e se desfazer a estranheza terminológica provocada por uma possível inadequação no uso de termos contrários ao caráter linguístico-modal das línguas de sinais. Segundo Costa (2013, p. 31), a esfera terminológica é o primeiro enigma ou desconforto quando se declara “fonologia de língua de sinais”, e, com base nas pesquisas levantadas em seu trabalho, as quais defendem o emprego das nomenclaturas clássicas nesse contexto, acrescenta:

Deve-se ponderar que não há qualquer transgressão na utilização da expressão “fonologia de língua de sinais”, já que muitos teóricos, sobretudo os que têm analisado a Língua Americana de Sinais e, por conseguinte, contribuído para a análise de outras línguas de sinais, têm adotado essa terminologia (COSTA, 2013, p. 34).

Grosso modo, as terminologias *Fonologia* e *Fonema* estão ligadas, tradicionalmente, a questões de cunho sonoro. Nessa direção, ainda que os mais conservadores possam não reconhecer, parece haver certa incompatibilidade quanto à inserção desses termos clássicos no âmbito das pesquisas linguísticas em línguas de sinais, de modo que sempre seja preciso esclarecer o emprego de tais nomenclaturas. E a contextualização etimológica do termo *Fonologia* pode funcionar como reforço a essa situação. De acordo com o *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Português* (1992), a palavra *Fonologia* é composta pelos morfemas gregos *phone* e *logos*, que significam, respectivamente, som e conhecimento ou ciência. Assim, trata-se, no entendimento tradicional, de uma ciência que investiga o som, não existindo, portanto, alusão alguma às considerações de natureza sinalizada. Em contrapartida, a permanência na aplicação dessas nomenclaturas deve-se, também, a demandas de ordem tradicional, uma vez que se busca constantemente estabelecer relações entre as línguas de sinais e as línguas orais, por conta da partilha de universais linguísticos das línguas naturais e dos níveis de análise linguística entre as duas línguas serem análogos, o que, em certa medida, atestaria o caráter linguístico das línguas sinalizadas.

“Nas línguas orais, os fonemas são produzidos pela passagem de ar pela laringe, nariz e boca, e nas línguas de sinais, a estrutura fonológica se organiza a partir de parâmetros visuais” (FERREIRA, 2010, p. 35-36). Na literatura especializada da área, esses

⁵ Constam os seguintes estudos linguísticos: Introdução aos princípios gerais da Fonética Articulatória. Relação entre fonética e fonologia. Introdução às premissas da descrição e análise fonológica. Processos fonológicos básicos (cf. QUADROS, 2014, p. 313).

parâmetros são também tratados como os fonemas das línguas sinalizadas. Daí a comparação fonológica entre parâmetros e fonemas que atravessou a história das línguas de sinais e que persiste até os tempos atuais.

Retomando os conceitos clássicos de *Fonema* e *Fonologia*, a partir de Masip (2014), tais termos, tradicionalmente, fazem referência aos estudos de ordem sonora, sendo o primeiro a unidade básica – unidade mínima e contrastiva de uma língua – do segundo, e o segundo, o campo de investigação do primeiro, enquanto signo linguístico. Assim, essas unidades mínimas distintivas entre si organizam-se para compor as palavras, as quais, por sua vez, combinam-se para formar as sentenças e os enunciados das línguas orais. Quadros e Karnopp (2004, p. 18), em menção à língua abstrata saussuriana, salientam que os fonemas não são os sons fonéticos de fato, mas sim construções mentais abstratas que se realizam através dos sons pela aplicação de regras fonológicas, e por isso essa ideia pode ser aplicada aos fonemas das línguas sinalizadas.

Nessa direção, a justificativa de Battison (1978), supracitada em Xavier (2006, p. 14), para a preservação dos nomes *Fonema* e *Fonologia* é que o emprego de tais nomes para se referir às línguas sinalizadas se explica em razão de eles se referirem, na teoria linguística, a entidades abstratas, independente do seu canal de manifestação, ainda que tais termos sejam formados pela raiz grega ‘*phone*’, que significa som. E Quadros (2019, p. 42), reforça: “Os pesquisadores entendem que os termos ‘fonética’ e ‘fonologia’ referem-se aqui à área de estudos da linguística que se ocupa da identificação e descrição das unidades e traços mínimos de uma língua que não apresentam significado autônomo”.

A tentativa de preservar a identidade modal das línguas de sinais, nomeando-lhes os constituintes de acordo com a sua natureza linguística, lançada por Stokoe na década de 60 foi malograda e engolida pela força da tradição. Consoante Quadros e Karnopp (2004, p. 50), ao invés de utilizarem as terminologias propostas por Stokoe, os pesquisadores decidiram usar os termos tradicionalmente empregados em Linguística para as línguas orais, a fim de que os paralelos entre essas línguas e as línguas de sinais se tornassem mais evidentes. Mas, em momentos posteriores, deixando de lado a sua proposta terminológica, o próprio Stokoe passou a empregar o termo *Fonema* e *Fonologia* de forma ampliada para que, assim, envolvessem as manifestações das línguas de sinais.

Outra justificativa para a permanência no emprego das terminologias clássicas às línguas sinalizadas está ligada à concepção de língua natural defendida por Chomsky (1957). Assim, estabelecia-se que as línguas de sinais, tidas como línguas naturais, partilhavam dos mesmos princípios das línguas orais, diferenciando-se apenas pela modalidade

organizacional de cada uma. “Ambas têm um léxico (conjunto de símbolos convencionais) e uma gramática (regras que regem esses símbolos), apesar das diferenças entre fala e sinal” (QUADROS; KARNOPP, 2014, p. 48), e, por isso, podiam ter suas unidades menores e sua devida área de estudo nomeadas tais quais as das línguas orais, contribuindo, dessa forma, para a manutenção das nomenclaturas consagradas *Fonema* e *Fonologia*.

É exatamente essa correlação entre os sistemas linguísticos das línguas orais e das línguas de sinais que funcionou (e ainda funciona) como fundamento maior para a conservação de termos tradicionais conferido às línguas sinalizadas, chegando a ser, inclusive, uma questão de comodidade terminológica, como revela Costa (2013, p. 33), em alusão a Amaral *et al.* (1994, p. 59): “por uma questão de facilitação de terminologia e também para por em evidência o carácter linguístico deste sistema, passou-se a adotar a terminologia da linguística para o estudo da língua gestual⁶”. Vale pensar, pois, que a motivação para essa acomodação terminológica talvez esteja baseada em questões de ordem do poderio das línguas orais em relação às línguas de sinais, o qual sustenta essas amarras e impossibilita a independência das línguas sinalizadas, ainda que no domínio dos termos.

Para reconsiderar algumas das justificativas acima, faz-se importante recuperar a noção de signo linguístico das línguas orais apresentada por Saussure (2012). Conforme a referida teoria, e de forma bem sucinta, o signo linguístico é constituído por um significante, isto é, imagem acústica, e por significado, ou seja, conceito, ambos considerados abstratamente e tratados como entidades psíquicas. A mesma noção, direcionada às línguas de sinais, recebe um reparo terminológico especial por conta da necessidade linguístico-modal de tais línguas: o significante, ora tratado como imagem acústica nas línguas oralizadas, agora é substituído por um significante representado por uma imagem visual (cf. OLIVEIRA, 2012). E os dois (tanto significante quanto significado) continuam no domínio mental, referindo-se à impressão da imagem visual (cf. FRYDRYCH, 2013).

Apreende-se dessa breve retomada que não há como fugir do fato de que as línguas de sinais, enquanto línguas naturais que são, portanto, submetidas aos princípios universais, são constituídas por signos linguísticos, formados, por sua vez, por um significante e um significado. Isso é uma evidência linguística. Mas, se levado em consideração a necessidade de reparo no domínio dos termos apontada, considerar/nomear o significante das línguas de sinalizadas como uma “imagem acústica” parece ser um tanto incoerente, terminologicamente falando. De maneira semelhante, não

⁶ Usada como sinônimo de língua de sinais.

há como negar, e pelos mesmos motivos, que essas línguas, no nível mais básico de análise linguística, compõem-se por elementos menores sem significados, que se comportam como entidades abstratas, porém reconhecê-los pelos mesmos nomes parece ser de igual incoerência. Isso sem entrar (retomar) no mérito da questão etimológica dos termos já abordada anteriormente. Assim, entende-se que o processo de abstração em línguas de sinais faz-se com base na natureza linguística dessas línguas, e, portanto, aqui, também parece não caber considerações terminológicas que não representem essa particularidade modal das línguas sinalizadas.

É com base no seu caráter linguístico e especificidades da modalidade que as línguas de sinais demandam mudanças e/ou adaptações terminológicas também em outros domínios conceituais. No glossário terminológico feito por Quadros (2019, p. 26) para o auxílio nas pesquisas sobre a Libras, são apresentadas, partindo da ideia de sinal, as nomenclaturas *Sinalizante* e *Sinatória* em analogia, respectivamente, aos termos de tradição oral *Falante* e *Oratória*, e referindo-se, nessa ordem, à ‘falante’, mas que fala uma língua de sinais, ou seja, a pessoa que sinaliza uma língua de sinais, e à ‘oratória’, mas com a língua de sinais, ou seja, a arte de sinalizar, de se expressar de forma apropriada e de acordo com os objetivos pré-planejados para sinalizar de forma mais adequada, contundente, convincente e bonita.

Em contrapartida, Quadros (2019), mesmo reconhecendo a estranheza causada pelo emprego das nomenclaturas originadas pela raiz etimológica que faz referência ao som, defende: “embora o uso dos termos ‘fonética’ e ‘fonologia’ para as línguas de sinais possa causar estranheza, continuaremos a fazê-lo, junto com vários outros linguistas de línguas de sinais fazem [...]” (p. 42). E essa autora, no mesmo glossário terminológico, opta pela permanência na utilização dos termos *Fonema* e *Fonologia* para se referir, nessa ordem, às unidades mínimas da Libras e o seu respectivo campo de pesquisa, ainda que empregados entre aspas e com base na mesma motivação usada pela maioria dos estudiosos em línguas de sinais, como expresso no fragmento:

Neste livro, usaremos o termo ‘**fonema**’, compreendendo-o de forma mais abstrata, não nos referindo ao som, mas a unidades mínimas. [...]. Neste livro, usaremos o termo ‘**fonologia**’ das línguas de sinais para nos referir aos estudos das unidades mínimas e suas combinações, compreendendo o termo de forma mais abstrata, como vários linguistas que trabalham com diferentes línguas de sinais (QUADROS, 2019, p. 23, grifo nosso).

A denominação feita por Bellugi e colaboradores (2002) parece melhor se adequar à natureza das línguas de sinais, em termos de aspectos terminológicos. Aparece em Costa

(2013, p. 32) que esses autores, em referência à Língua Americana de Sinais, cogitaram a possibilidade da existência de um nível fonológico para a língua de sinais, reconhecendo-o como “fonologia” sem som. Aqui, registram-se duas observações sobre essa “renovação”: a primeira é de interesse da tradição dos termos, visto que houve a preservação da nomenclatura clássica (*Fonologia*) para não se distanciar dos estudos linguísticos já consolidados; e a segunda é natureza etimológica, pois a origem do “novo” nome ainda faz ligação às concepções sonoras, contrariando-se, por sua vez, com o seu próprio complemento “sem som”. Assim, contrariamente, essa perspectiva ainda se mostra um tanto controversa e igualmente presa às bases clássicas terminológicas dos estudos sonoros, o que reforça o insucesso nas tentativas em resistir à soberania das nomenclaturas consagradas pela cultura oral.

Via de regra, tão necessário e importante quanto à constatação e ao reconhecimento dos aspectos linguístico-estruturais das línguas de sinais de um modo geral, é a devida nomeação dessas descobertas. De acordo com Benveniste (1989), a constituição de uma terminologia própria reflete um momento decisivo na história da Ciência, por isso é que a precisão terminológica é, também, um aspecto exigido pelo fazer científico enquanto constatações linguísticas. Ele complementa:

[...] Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma ordem de fenômenos, um domínio novo ou um modo novo de relação entre certos dados. O aparelhamento mental consiste, em primeiro lugar, de um inventário de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade. Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e última operação de uma ciência (BENVENISTE, 1989, p. 252).

No entanto, tal individualidade terminológica não alcançou plenamente os estudos das línguas de sinais, se levando em consideração que nessa área ainda são utilizadas as nomenclaturas da cultura oralizada. Poucas são as propostas que defendem ou buscam levantar a discussão sobre o uso de terminologias condizentes com a realidade linguístico-modal dos elementos mínimos da Libras, por exemplo, e com o campo de estudo destinado à disposição e compreensão desses constituintes menores sinalizados (cf. CARDOSO, 2020). A grande maioria dos estudos em línguas de sinais dá preferência aos termos utilizados nas investigações das línguas orais⁷, com a justificativa de estarem adotando as

⁷ Nas considerações de Quadros (2019, p. 25), as línguas de sinais também são consideradas ‘línguas orais’, por serem produzidas ‘oralmente’ em oposição à forma escrita. Por isso a preferência da autora no uso do termo ‘língua falada’ ao invés ‘língua oral’ para se referir às línguas de quem utiliza o canal oral-auditivo.

mesmas nomenclaturas para atender e não se distanciar da tradição conceitual linguística. Já outras propostas até tentam inovar, mas também terminam cedendo à força das convenções, fazendo uso de iguais terminologias em nome da tradição. *Fonologia* e *Fonema* referentes a Libras são as nomenclaturas aqui interessadas. Um exemplo de proposta de renovação para os termos empregados nos estudos dos constituintes mínimos das línguas de sinais – em especial, da Libras – e da sua respectiva área de investigação é a proposta *Capovilleana*, a qual será tratada na próxima seção.

Da proposta *Capovilleana*

Em uma de suas pesquisas, Fernando Capovilla⁸ (2015) propõe uma espécie de repaginada de alguns termos utilizados no âmbito da língua falada, da língua escrita e da língua de sinais, promovendo uma inovação terminológica com o foco na promoção do processo alfabetizatório de ouvintes, deficientes auditivos, surdos e surdocegos. Essa renovação aplica-se às unidades mínimas da língua falada (visível ou tateável), da fala, da língua escrita (visível ou tateável), e da sinalização (visível ou tateável). Aqui, o interesse limita-se apenas às terminologias referentes à língua sinalizada, no que concerne aos surdos videntes⁹, a fim de não se distanciar da temática desta produção.

Da “*refundação da nomenclatura a partir de uma revisão da etimologia*” é o que trata a proposta em questão. Nessa direção, o autor levanta uma nova taxonomia baseada na origem etimológica dos termos que formam as unidades mínimas das línguas em suas modalidades distintas, dando preferência àquelas terminologias compostas por regras canônicas de morfossintaxe (G) grega e (L) latina, para que, assim, não haja imprecisões terminológicas quanto ao uso de palavras que carreguem, em sua essência morfológica, outros significados. Trocando em miúdos, os diversos termos que nomeiam essas unidades mínimas das línguas são constituídos a partir de arranjos legítimos entre morfemas que expressam, exclusivamente, os elementos combinados na terminologia escolhida. Nas palavras do autor,

Refundação da nomenclatura da área é feita como base numa revisão etimológica da terminologia, que substitui termos ilegítimos, *ad hoc*, arbitrários, impreciso e pouco recombinaivos, além, de frequentemente híbrido, por termos legítimos e precisos, derivados de uma matriz, em que cada célula resulta da combinação regrada entre unidades mínimas que descrevem cada fenômeno de linguagem em termos de modo como é emitido (modalidade motora: via fala, via escrita, via sinal) e do modo como

⁸ Fernando César Capovilla, ouvinte, Ph.D. em Psicologia e Professor Titular (MS-6) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

⁹ Categoria nomeada pelo autor com base na necessidade comunicativa humana.

é recebido (modalidade sensorial: via audição, via visão, via tato) na relação entre o emissor da mensagem (como orador, escritor, sinalizador) e o receptor da mensagem (como ouvinte, como vidente, como senciente) (CAPOVILLA, 2015, p. 75).

Assim, sugere substituir diversos termos de composições morfológicas inconsistentes por combinações de termos gregos e latinos legítimas e precisas a partir do uso de (G) *MorfEmas*¹⁰ lexicais (*LexEmas*) ou (L) *Formículos* vocabulares (*Verbumículos*) e de (G) *MorfEmas* gramaticais (*GramEmas*) ou (L) *Formículos* conjunturais (*Conjunturículos*) nas construções terminológicas das unidades linguísticas mínimas. Para Capovilla (2015, p. 78), “o termo *FonEma* é legítimo para representar a unidade mínima da fala audível, já que esse termo combina, de modo natural e preciso, os dois *MorfEma* gregos pertinentes: o radical ou *LexEma fone*: som da fala, e o sufixo *ema*: unidade mínima”.

Nas línguas de sinais, essa renovação terminológica dá-se a partir, principalmente¹¹, da revisão conceitual do termo *Quirema*, nomenclatura cunhada por Stokoe, nos anos de 1960, para nomear os elementos mínimos das línguas sinalizadas. Para esse termo, tratado como (G) *QuirEma* ou (L) *Manusículo* – unidade mínima da mão – na perspectiva *Capovilleana*, é proposto a sua substituição pelo termo (G) *SematosEma* ou (L) *Signumículo*, com a justificativa de que (G) *QuirEma* ou (L) *Manusículo*, limitando-se aos parâmetros relativos à mão, não contempla todos constituintes mínimos das línguas de sinais. “Usar o termo *QuirEma* para designar as várias expressões faciais que distinguem entre os sinais seria “forçar a mão” (um contra-senso), já que a expressão facial “está na cara”, por assim dizer, e não na mão” (CAPOVILLA, 2015, p. 77).

A opção por essa nova terminologia explica-se, segundo o autor, por sua abrangência conceitual, visto que (G) *SematosEma* ou (L) *Signumículo* (*símatos*: sinal e *ema*: unidade mínima, e *signum*: sinal e *ículo*: unidade mínima, respectivamente), significando unidade mínima do sinal, contempla não só os três parâmetros relativos à mão (Forma da Mão, Local da mão, Movimento da Mão), inicialmente pensados por Stokoe, como também o parâmetro que envolve as Expressões Não Manuais dessas línguas. De forma análoga, opta também pela nomenclatura (G) *SematosEmia*¹², em lugar do nome *Fonologia*, para se referir ao ramo de estudo dos (G) *SematosEma*. De fato, do ponto de vista etimológico, os novos termos

¹⁰ Notação apoiada na revisão etimológica da composição dos termos feita pelo autor.

¹¹ O termo *VisEma*, em referência à unidade mínima da percepção visual das línguas faladas, também é tratado na revisão terminológica de Capovilla (2015). Essa terminologia está igualmente presente na proposta *Estelíteana*, idealizada por Barros (2008).

¹² A forma correspondente ao Latim (L) não foi encontrada, mas acredita-se que deva seguir os mesmos princípios da notação adotada.

pensados parecem estabelecer uma relação mais harmoniosa e direta com os elementos internos que os compõem, integrando-os em sua totalidade, todavia, exige dos estudiosos e dos usuários da Libras um considerável conhecimento sobre questões etimológicas, o que compromete, em certa medida, essa proposta.

Por outro lado, a manutenção no uso do termo *QuirEma*, pensado por Stokoe, ainda é aceita por Capovilla, porém em certo nível e com algumas complementações terminológicas conceituais. Dessa forma, tal termo passa a ser, morfológicamente, especificado e qualificado por terminologias referentes às particularidades de cada um dos parâmetros, assumindo, assim, uma subdivisão em outros quatro termos: (G) *QuiriFormEma* ou (L) *ManusModusÍculo* (*quíri*: mão, *form*: forma, *ema*: unidade mínima e *manus*: da mão, *modus*: modo, *ículo*: unidade mínima) para a unidade mínima da Forma da Mão; (G) *QuiriToposEma* ou (L) *ManusLocusÍculo* (*quíri*: mão, *topos*: local, *ema*: unidade mínima e *manus*: da mão, *locus*: local, *ículo*: unidade mínima) para a unidade mínima do Local da Mão; (G) *QuiriCinesEma* ou (L) *ManusMotusÍculo* (*quíri*: mão, *inisi*: movimento, *ema*: unidade mínima e *manus*: mão, *motus*: movimento, *ículo*: unidade mínima) para a unidade mínima do Movimento da Mão; e (G) *MascarEma* ou (L) *PersonalÍculo* (*másca*: máscara, *ema*: unidade mínima e *persona*: máscara e *ículo*: unidade mínima) para unidade mínima da Expressão Facial.

A revisão taxonômica proposta por Capovilla (2015), com base na refundação de nomenclaturas a partir de uma retomada da etimologia dos termos, também trata, entre outros interesses, do termo *Visema* – grafado *VisEma* por se basear no significado do radical e sufixo que compõem tal palavra, e seguir a notação do autor –, que, por sua vez, faz referência, ainda, às línguas faladas, diferentemente da indicação nas pesquisas de Barros (2008). De acordo com Capovilla (2015, p. 75), Fisher (1968) propôs esse termo para referenciar as unidades mínimas de recepção visual das línguas faladas em analogia ao termo *FonEma*, que faz alusão às unidades mínimas de recepção auditiva das línguas faladas: “O *VisEma* estaria para recepção da fala por visão (leitura orofacial) assim como o *FonEma* está para recepção da fala por audição” (CAPOVILLA, 2015, p. 78). Na visão de Capovilla, a utilização da nomenclatura em questão na área da surdez representa outra imprecisão terminológica. Ele acrescenta:

O termo *VisEma*, contudo, é inadequado e ilegítimo para representar a *unidade mínima da fala visível*. Pela composição *MorfÊMica-Formlcular*, esse termo conseguiria representar apenas, na melhor das hipóteses, uma unidade mínima de visão, mas sem especificar o objeto dessa visão (visão de quê? o que é que é visto?). Dizemos “na melhor das hipóteses” porque se trata de um hibridismo que combina ilegitimamente um radical latino (*vis*:

visão) como um sufixo grego (*ema*: unidade mínima) (CAPOVILLA, 2015, p. 78, grifo do autor).

E, como forma de resolver esse impasse, Capovilla propõe termos alternativos formados pela combinação de elementos de origem grega (*MorfEmas*) ou latina (*Formículos*) para nomear as unidades visíveis da fala e para substituir a terminologia *VisEma*, que, conforme o autor, apenas faz alusão aos elementos mínimos da visão, sem explicitar maiores detalhes. Dessa maneira, em harmonia com a sua concepção taxonômica, apresenta as nomenclaturas (G) *FaneroLaliEma* (*faneros*: visível, *laliá*: fala e *ema*: unidade mínima) ou (L) *VisibilisLocutÍculo* (*visibilis*: visível, *locutio*: fala e *ículo*: unidade mínima) para representar as unidades mínimas visíveis da língua falada.

Desse modo, ao fazer, pelo viés da etimologia, uma revisão taxonômica dos constituintes mínimos das línguas de sinais, em destaque a Libras, e das demais modalidades linguísticas, ainda que com intenções de cunho pedagógico, a proposta *Capovilleana* (2015) propõe, alinhadamente, uma aproximação dos seus novos termos às especificidades e à realidade linguística das línguas sinalizadas, diferentemente do emprego dos termos *Fonema* e *Fonologia*, estreitando, assim, a relação entre a modalidade dessas línguas e os elementos que as compõem. De fato, do ponto de vista etimológico, esses termos pensados parecem estabelecer uma relação mais harmoniosa e direta com os elementos internos que os compõem, integrando-os em sua totalidade.

Assim, a partir da origem dos nomes, em termos de individualizar terminologicamente as línguas de sinais, essa proposta de “refundação” terminológica dos constituintes menores que formam as línguas de sinais é válida no sentido de ser condizente com natureza modal dessas línguas, no que diz respeito à modalidade linguística, no entanto demonstra demandar saberes específicos de ordem etimológica para que seja bem compreendida, visto que exige dos estudiosos e dos usuários da Libras, por exemplo, um considerável conhecimento sobre os processos que deram origem às palavras, o que, em certa medida, deixa comprometida a aplicabilidade dessa proposta. Talvez por conta desse requisito que não se verifica discussões posteriores em defesa dessa perspectiva terminológica no âmbito acadêmico, conforme se constata no posicionamento de Nóbrega¹³ (2016, p. 206) – que, com o foco no aspecto manual, igualmente idealizou uma mudança terminológica para as unidades mínimas das línguas de sinais e seu campo de estudo, a saber, *signema* (unidade mínima manual da língua de

¹³ Valdo Ribeiro da Nóbrega, surdo, professor de Libras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

sinais) e sigmanologia (área de estudo das unidades mínimas manuais da língua de sinais) –: “Analisando as taxonomias terminológicas criadas por Capovilla (2015, p. 93), percebe-se a grande complexidade: a descrição linguística necessita, a nosso ver, também de termos mais precisos e, ao mesmo tempo, de fácil assimilação para o uso na ciência”. E, possivelmente, pelo mesmo motivo, a proposta *Capovilleana* também não tenha se mostrado com grande repercussão em meio à comunidade surda brasileira. Mesmo com todo esse nível de estranheza nos termos adotados por Capovilla, essa proposta revela-se ampliada, o que dá conta de descrever muitos fenômenos linguísticos fundamentais na Libras.

Considerações Finais

Como visto, os entendimentos cognitivos sobre a estruturação das línguas orais e das línguas de sinais assegurados pelos universais linguísticos mostram-se incontestáveis. A problematização levantada por Capovilla (2015), e também por outros estudiosos, é o uso de nomenclaturas conservadoras advindas da tradição oral para intitular igualmente os constituintes das línguas sinalizadas.

Conforme ressaltado na proposta *Capovilleana* (2015), os termos conservadores *Fonema* e *Fonologia*, bem como os derivados da mesma raiz etimológica, aplicados nas pesquisas em línguas de sinais não se mostram tão precisos para a descrição e identificação dos elementos que constituem a estrutura dessas línguas, em particular, da Libras, tampouco servem para a nomeação do campo de estudo destinado à disposição e compreensão desses constituintes menores sinalizados.

E, mesmo que as línguas de sinais aproximem-se das línguas orais quanto ao arranjo em elementos menores e à caracterização como línguas naturais, que partilham de universais linguísticos, a modalidade visuoespacial das línguas sinalizadas interfere diretamente na organização estrutural de tais línguas, o que significa dizer que as terminologias aplicadas às línguas orais não devem ser diretamente atribuídas às línguas de sinais, reforçando, assim, a necessidade de nomenclaturas mais apuradas que atendam às especificidades dessa modalidade linguística.

Também, por mais que os parâmetros desempenhem, na construção dos sinais, o mesmo papel que os fonemas o fazem na formação de palavras nas línguas orais, isso não significa, de fato, que ambos possuem contextos linguísticos e necessidades iguais, e, portanto, não é suficiente para se que reconheçam e se nomeiem pelos mesmos nomes as unidades mínimas originárias de línguas com modalidades distintas.

Em contrapartida, o emprego de terminologias condizentes à especificidade modal das línguas de sinais não simboliza, por seu turno, apenas uma mudança de caráter terminológico, nem uma simples utilização de nomenclaturas originadas na esfera das línguas de sinais. Simboliza muito além: representa, de fato, uma autonomia linguístico-terminológica, constituindo formas mais peculiares de conceber e de descrever essa língua, a partir das suas características espaciais e modalidade de realização, sem, necessariamente, relacioná-la aos costumes da língua oral, a qual se mostra com urgências diferentes das encontradas nas línguas de sinais.

Também se entende que toda opção terminológica, enquanto processo de nomeação das unidades mínimas da Libras e da sua referida área de estudo, no caso desta discussão, representa, portanto, um recorte da realidade e da percepção teórica/discursiva do seu proponente, conforme se verificou no par terminológico (G)*SematosEma* ou (L)*SignumÍculo*/(G)*SematosEmia* – e seus desdobramentos com os termos (G)*QuiriFormEma* ou (L)*ManusModusÍculo*, (G)*QuiriToposEma* ou (L)*ManusLocusÍculo*, (G)*QuiriCinesEma* ou (L)*ManusMotusÍculo*, (G)*MascarEma* ou (L)*PersonalÍculo*, pensado por Capovilla (2015).

REFERÊNCIAS

BARROS, Mariângela Estelita. ELiS – Escrita das Línguas de Sinais: *proposta teórica e verificação prática*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2008.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Editora Pontes. 1989.

CAPOVILLA, Fernando César. Paradigma neuropsicolinguístico para refundação conceitual e metodológico da linguagem falada, escrita e de sinais para alfabetização de ouvintes, deficientes auditivos, surdos e surdocegos. In: CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURÍCIO, Aline Cristina L. (Org.). *Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas*. Vol. I: (sinais de A a H). 3ª edição (ver. e ampl.). São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CARDOSO, Silvana Alves. A dimensão significativa da Libras: *observações terminológicas*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

CHOMSKY, Noam. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton, 1957.

COSTA, Roberto César Reis da. Proposta de Instrumento para a Avaliação Fonológica da Língua Brasileira de Sinais: *FONOLIBRAS*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CUNHA, Antonio G. da (Coord.). *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

FERREIRA, Lucinda. *Por uma gramática de línguas de sinais*. [reimpr.]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

FRYDRYCH, Laura Amaral Kummel. O estatuto linguístico das línguas de sinais: *a libras sob a ótica saussuriana*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2013.

MASIP, Vicente. *Fonologia, fonética e ortografia portuguesas*. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

NÓBREGA, Valdo Ribeiro Resende da. Sigmanologia: proporcionando uma teoria linguística da língua de sinais. *Revista Leitura*, v.1, n. 57, p. 198-218, 2016.

OLIVEIRA, Adriana Stella Cardoso Lessa de. Libras escrita: o desafio de representar uma língua tridimensional por um sistema de escrita linear. *ReVEL*, v. 10, n. 19, p. 150-184, 2012.

QUADROS, Ronice Müller de. *Libras*. 1ª edição. São Paulo: Parábola, 2019.

QUADROS, Ronice Müller de. (Org.). *Letras Libras: ontem, hoje e amanhã*. Florianópolis: Ed. da UFSC. 2014.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 28ª edição. São Paulo: Editora Cultrix, 2012.

STOKOE, William C. *Sign language structure*. Reedição. Silver Spring, Maryland: Linstok Press, 1960.

XAVIER, André Nogueira. *Descrição Fonético-Fonológica dos Sinais da Língua de Sinais Brasileira (Libras)*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Como citar este artigo (ABNT)

CARDOSO, S.A. *SematosEma e SematosEmia da Libras: ponderações sobre a terminologia*. SELL, Uberaba, MG, v. X, n. X, p. XXX-XXX, 2021. Disponível em: <inserir link de acesso>. Acesso em: inserir dia, mês e ano de acesso. DOI: inserir link do DOI.

Como citar este artigo (APA)

CARDOSO, S.A. *SematosEma e SematosEmia da Libras: ponderações sobre a terminologia*. SELL, X (X), XXX-XXX. Recuperado em: inserir dia, mês e ano de acesso de inserir link de acesso. DOI: inserir link do DOI.